



Proposta Zé Filho

GOVERNADOR DO PIAUÍ

Entregue ao Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

O documento apresenta uma síntese das propostas de desenvolvimento do candidato do PMDB, apoiado por ampla coligação partidária, para serem discutidas e aperfeiçoadas durante a campanha eleitoral de 2014

04/07/2014

PROPOSTA ZÉ FILHO

I - ORIENTAÇÕES PARA O PROGRAMA DE GOVERNO

O Piauí tem grandes desafios a enfrentar. Enfrentá-los com lucidez e otimismo, e muito trabalho, é o nosso principal compromisso.

Nossa gente necessita e sonha com o desenvolvimento. Tem direito ao desenvolvimento. Para desenvolver-se o Piauí precisa crescer.

O caminho do crescimento é um só: o da produção. Só produzindo, colocando para girar, e girar rápido, a roda da economia, teremos a chance de alcançar melhores condições de vida e trabalho para todos.

Hoje a produção piauiense, é bem menor que as nossas necessidades. É muito pequena em relação à produção nordestina. E é irrisória em relação ao Brasil.

Entretanto, não cremos que o Piauí esteja condenado à subsistência perpetuada em séculos de organização política. Muito menos a vencer a subsistência e aprofundar a dependência externa de recursos federais. É possível, sim, romper com esse ciclo nada virtuoso. Cabe-nos levantar a cabeça e exercer plenamente nossa soberania, decidindo pelos caminhos que interessam aos mais de três milhões de piauienses.

Alimentamos a esperança que cada um de nós possa viver com mais conforto e bem-estar. Abraçamos o desafio do crescimento acelerado com consciência e responsabilidade, sem temores.

Assumimos a causa como dever, por querer superar a realidade de hoje. Transformá-la para melhor é nossa obrigação e estímulo.

À produção tão limitada corresponde ainda um fator agravante : a renda dela decorrente divide o Piauí entre pobres e muito pobres e os ricos e muito ricos. E o que é pior – a renda que permite o consumo e financia o investimento produtivo é extremamente concentrada em favor de alguns poucos milhares de piauienses, que apresentam níveis de consumo e bem-estar destacados nacionalmente, em contraposição aos milhões de piauienses marcados pelo estigma do SEM : os sem-trabalho, os sem-remuneração digna, os sem-educação, os sem-teto, os sem-preparo para o mercado de trabalho, os sem-saúde, os sem-esperança e os sem-futuro garantido.

É nessa empreitada que nos lançamos: a do crescer produzindo mais, melhor, mais rápido. Somando forças, unindo convicções.

Além de insuficiente, nossa produção é extremamente concentrada pelo território estadual: Teresina funciona como locomotiva, tem vigor e dinamismo, mas sofre com a falta de visão histórica das oportunidades regionais e torna-se vítima de um indesculpável equívoco.

Somando-se a Parnaíba, Picos, Floriano e Uruçuí, o grau de concentração da riqueza, excessivo sob todos os aspectos e nada salutar, alcança índices inéditos no país. Com mais um agravante: a pequena diversificação que apresenta e o baixo valor agregado. Quer dizer, o que produzimos é comercializado e segue para o consumo a pequeno preço.

Aqui reside a raiz que explica a origem dos complexos problemas sociais que temos, podendo ser vistos nos baixos índices de saúde, de ensino e aprendizagem, de desassistência social aos grupos mais vulneráveis, de violências e inseguranças generalizadas. Quando não há crescimento, produção, riqueza, não há trabalho e o tecido social começa a esgarçar-se até romper para multiplicar carências e dificuldades para pessoas, famílias e grupos.

Mas, se a transformação da realidade para melhor representa a grande missão e desafio para a nossa sensibilidade e inteligência, como suplantamos os obstáculos postos no nosso caminho?

Nossa convicção repousa na força da Educação. Somente apostando na educação como força transformadora poderemos combater as desigualdades que nos afligem e selam o nosso destino enquanto sociedade que quer justiça, igualdade, liberdade e fraternidade.

É a educação capaz de, aliada a outros esforços e fatores, nos legar um futuro de oportunidades. E isso depende muito mais de nós do que de outros, temos certeza.

Ao tempo em que nos falta produção adequada, instrução para o trabalho e para o empreendimento, nos falta capital para investimentos. Temos em abundância recursos naturais que permanecem em elevados níveis de ociosidade.

Temos de ter ânimo e conhecimentos; perseverança, decisão, sensibilidade e estratégia para tomar a braço a responsabilidade de transformar as indiscutíveis potencialidades – tão numerosas, tão claras e evidentes – em oportunidades.

A geração de empregos e rendas sintetiza muito bem a opção pelo crescimento. Sob esse ponto de vista, antes de ser consequência natural do processo econômico, gerar emprego e renda deve ser encarado como objetivo a guiar todas as decisões e escolhas do Governo do Estado – isso porque sabemos que nenhum governo gera riqueza econômica. Quem o faz são as empresas que investem e correm riscos para obter lucros, produzindo e vendendo produtos e serviços.

Ao Governo cabe, em nome do Estado, recolher impostos das pessoas e empresas que trabalham para financiar os serviços que prestam à população, ou seja, a educação, a saúde, a segurança, a assistência social. Além desses serviços, orienta recursos cuja finalidade é estimular a atividade econômica: agricultura, pecuária, turismo, indústria, comércio..., mas o que é certo é que nenhum governo gera riqueza, é gestor de recursos públicos. Por isso mesmo os empregos diretos que pode oferecer na máquina pública são considerados residuais.

No Piauí de hoje e do futuro temos que MELHORAR O ENSINO, COMBATER A VIOLÊNCIA, MELHORAR A SAÚDE E GERAR EMPREGOS. Só assim conquistaremos o desenvolvimento sonhado.

Esses desafios, se bem enfrentados, farão o Piauí crescer mais rápido e de forma sustentada, e melhorarão a vida da nossa gente.

A base do desenvolvimento é a educação.

É preciso investir na formação do novo homem piauiense. Significa levar conhecimento, ensinar a raciocinar, a criticar, enfim, ajudar a transformar o mundo em que vivemos. Temos que oferecer aos piauienses uma nova ideia de ensino, de formação, de cultura. Dar oportunidades às pessoas de

descobrirem o quanto prazer existe no saber, quanta possibilidade de vida e futuro existem no conhecimento.

Todo jovem sonha com uma boa escola para ter um bom emprego. Um governo que entende esse sonhotem que dar força para quem está começando. O jovem precisa de ensino técnico porque isso é quase um emprego garantido. E funciona como grande impulso ao crescimento econômico porque dissemina conhecimento, prepara para vida e para o mercado de trabalho.

A melhor forma de combater a violência é investir em segurança.

Isso tem tudo a ver com gerar oportunidades para os nossos jovens. A violência é fruto do não ter o que fazer de bom e produtivo; decorre da falta de expectativas.

O Estado não gera empregos diretamente em quantidade suficiente para atender as pessoas que precisam trabalhar para viver com dignidade. Essa é uma missão das empresas. É a sua mais preciosa missão junto à sociedade – gerar riqueza para sustentar empregos. Mas pertence ao Estado a missão de criar um ambiente econômico que favoreça a atuação das empresas a partir dos instrumentos colocados à sua mão em forma de políticas de incentivos, estímulos, sem descuidar, entretanto, da atuação no programa de obras públicas de infraestrutura em água, saneamento, estradas, pontes, portos, ferrovias, barragens e adutoras e energia.

Os programas sociais que vamos desenvolver devem voltar-se ao combate das desigualdades sociais tão graves e tão marcantes, e devem criar condições para que as pessoas construam, livremente, o seu próprio futuro; sinceramente, sem tutela do Estado. Para isso o Piauí precisa investir para incorporar ao desenvolvimento as regiões mais pobres e excluídas do território. Temos a convicção que os investimentos sociais mais transformadores são aqueles realizados em favor da educação e da saúde.

As grandes transformações exigem compromisso sério com as pessoas.

O Piauí precisa pensar grande. E melhorar a vida de todas as pessoas, de verdade. Não devemos nos contentar com pouco na disputa pelos recursos da Nação. Nosso campo de competição deve ser o das ideias relevantes, socialmente importantes e economicamente viáveis. Pra isso é preciso ter experiência e levar o Piauí no coração. É o que não nos falta!

Só há uma razão para o Piauí ser grande: para fazer maior cada um dos piauienses.

E seremos maiores quando cada um puder ter realmente *uma educação que ensine e as crianças e jovens aprendam; quando a saúde chegar para todos os aflitos; seremos maiores quando cada um puder transitar livremente sentindo-se seguro pelos espaços públicos, sem medo de ameaças.*

Seremos maiores quando pudermos *oferecer oportunidades de emprego e renda para uma vida em elevados padrões de dignidade.*

Seremos maiores quando cada criança nascida aqui, no Piauí, na capital, no sertão ou no litoral, não tiver parte do seu *destino decidido pelas circunstâncias do seu nascimento.*

Seremos maiores quando pudermos *proteger nossos jovens das investidas do tráfico de drogas e da violência.*

Seremos maiores *quando as desigualdades não separarem* as nossas regiões umas das outras e os piauienses uns dos outros.

Nossa tarefa é gigantesca e para cumpri-la é fundamental que estejamos sempre juntos.

Para explicitarmos a nossa visão e orientação sobre o que fazer e como fazer, convém lançarmos mão de um conjunto de ideias-forças para o crescimento do Piauí:

- 1- *Para melhorar a Educação:* vamos colocar em prática a ideia da construção de um sistema educacional eficaz feita pela base ao topo do conhecimento. Vamos apoiar os municípios tecnicamente para que eles desenvolvam a capacidade de ofertar um ensino infantil e fundamental de qualidade ideal; que o Governo do Estado cumpra bem o seu papel no ensino médio e técnico crescendo a oferta de vagas sem descuidar da qualidade dos conteúdos e da valorização dos professores.

A educação, melhorando rapidamente, sustenta o desenvolvimento e combate as desigualdades existentes - quando há parceria e colaboração entre aqueles envolvidos com o ensino e a aprendizagem, com atribuições e objetivos bem definidos.

- 2- *Para melhorar a Saúde:* vamos estruturar os serviços de prevenção e atendimento distanciados de influências políticas - partidárias que em nada contribuem para a eficiência nem eficácia, e ao contrário, sacrificam o serviço. Numa forte parceria que iremos estabelecer com os municípios, vamos montar a REDE INTEGRADA SUS PIAUÍ, firmada sob a égide da resolutividade, descentralização e regionalização dos atendimentos em saúde. Isso fará com que os hospitais localizados no interior do estado prestem um serviço efetivo, mais humanizado e seguro. Somente resolvendo de maneira sincera os déficits de pessoal qualificado existentes e dando condições de trabalho aos profissionais, poderemos ter mínimo controle sobre o fluxo de pacientes para áreas especializadas.
- 3- *Para combater a violência e melhorar a Segurança:* teremos que repensar por completo o funcionamento atual do aparato de segurança do Estado, para fazê-lo melhor, mais efetivo e resolutivo, mais presente e atuante.

O novo modelo estará focado na renovação da aliança entre o Estado e a sociedade civil, formando na comunidade a cultura da paz. Será preciso implantar uma ampla mudança gerencial nos órgãos integrantes da polícia estadual para que os serviços de segurança sejam democratizados e operacionalmente fortalecidos.

Vamos qualificar o policiamento preventivo e ostensivo, garantidos o crescimento dos efetivos e o aparelhamento adequados.

Vamos acreditar na investigação cientificamente orientada como princípio, pois quando há mais técnica e ciência na investigação há, também, menos violência.

- 4- *Para fortalecer a Assistência Social:* será preciso situá-la no âmbito do enfrentamento da pobreza. Superar a pobreza é uma questão estratégica de Estado. Um desafio para que a sociedade possa caminhar rumo ao seu pleno desenvolvimento.

Há tempos vem sendo discutido estratégias de enfrentamento da pobreza. A atuação em rede tem sido o ponto de convergência. A dificuldade está na construção fragmentada das políticas públicas, o que complica a integração de hierarquias. É comum a criação de ilhas que impedem a articulação, aproximação entre diferentes setores de um mesmo governo. Entretanto, diante da situação dramática de pobreza, privação, violência, exploração e fragilização de vínculos afetivos a que está submetido um grande contingente populacional formado especialmente por famílias em situação de alta vulnerabilidade, é necessário que haja integração entre os vários setores do governo e o setor privado. Neste contingente de alta vulnerabilidade encontram-se as famílias que têm em sua composição crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas e mulheres que, por fragilidades próprias dos ciclos de vida e por terem identidades estigmatizadas por razões de idade e gênero, precisam de proteção social básica e especial do Estado.

6 - *Para gerar Emprego e Renda:* nossa missão é acelerar o ritmo de crescimento da economia e dar segura orientação estratégica.

O nosso principal instrumento de ação será o PROGRAMA DE OBRAS PÚBLICAS que articulará os investimentos na formação, adequação e modernização da infraestrutura de estradas, pontes, portos, hidrovia, barragens, adutoras, ferrovias, habitação, saneamento e energia - com orientação estratégica voltada para áreas e atividades econômicas de grande potencial relativo.

Vamos disseminar o ENSINO TÉCNICO profissionalizante de acordo com as vocações produtivas regionais.

Vamos fortalecer a OFERTA DE CRÉDITO para os pequenos e médios empreendedores.

Vamos utilizar com racionalidade econômica os mecanismos de RENÚNCIA FISCAL E INCENTIVO TRIBUTÁRIO para atração e localização de empreendimentos privados .

II – COMPROMISSO COM O FUTURO

1. COMO O ESTADO PIAUIENSE DEVE TRABALHAR?

O ambiente é desafiador para que os gestores apresentem resultados à população. A sociedade hoje impõe aos gestores cada vez mais a excelência na prestação dos serviços. O tempo de deixar para amanhã acabou, precisamos fazer agora.

A democracia passa a exigir melhores escolas, mais segurança, mais saúde, cidadania. Os movimentos sociais vão às ruas. Sozinho o Estado não tem capacidade de solucionar todos os problemas.

Este é o nosso desafio: evoluir de um protagonismo isolado para um protagonismo compartilhado com todos os setores da sociedade: setor privado, academia, terceiro setor e organismos internacionais. Buscar a articulação cria a perspectiva de uma agenda estratégica por meio do diálogo com a sociedade. Esta é a nossa proposta: fazer com que o tema “gestão pública” ganhe relevância também em outras agendas. Na agenda do povo, quando cobra eficiência na prestação dos serviços e no atendimento das demandas sociais e na agenda empresarial, na medida em que para um bom ambiente de negócio é essencial uma boa gestão, uma boa governança.

Partindo da premissa de que tudo que envolve a atividade humana tem planejamento por trás nossa proposta está ancorada no planejamento estratégico. A partir da compreensão do presente e reconhecendo como chegamos até aqui planejaremos o futuro desejável, projetaremos cenários, definiremos estratégias. Mostraremos a sociedade o verdadeiro papel do Estado.

Este planejamento buscará harmonizar três grandes forças : um projeto de governo, capacidade de governo e governabilidade.

Projeto de governo são os objetivos que queremos alcançar; capacidade de governo é nossa estrutura administrativa, que será fortalecida para que possamos bem executar as políticas públicas e governabilidade é força nas decisões, que buscaremos com a ajuda de todos, sociedade, empresários, representação parlamentar e governo federal objetivando sempre o desenvolvimento com redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população.

Não se faz gestão sem planejamento.

A eficiência na gestão pública partirá do planejamento. Nossa proposta está alicerçada no fortalecimento da Secretaria Estadual de Planejamento. A sua integração com a execução financeira e o fortalecimento das atividades de monitoramento das ações de governo serão prioridades em nossa gestão. Neste contexto daremos continuidade a modernização e integração dos sistemas existentes na SEPLAN e na SEFAZ, que permitirão a comunicação do Plano Plurianual- PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, com a execução das ações, fechando o ciclo do planejamento, orçamento, execução, pagamento e prestação de contas.

Será também estruturado, no âmbito da SEPLAN, um grupo de trabalho para coordenação e articulação na implementação do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável - PDES recentemente elaborado, com a missão de garantir ambiente favorável a sua efetiva implementação e a participação da sociedade civil organizada neste processo.

Queremos iniciar um processo de pactuação de resultados e de cultura de medição destes resultados. Não buscaremos apenas a eficácia das ações apresentando o grau de atingimento das metas fixadas , mas sua efetividade, seus impactos na sociedade e na melhoria da vida das pessoas .

Respeitaremos o mérito no serviço público, a exemplo do que ocorre na iniciativa privada que quer dar certo. Fortaleceremos as carreiras.

Fomentaremos a visão de simplificação, menos burocracia no serviço público. A ideia é revisar os processos tornando-os mais simples sem perder o controle e os mecanismos de resultados.

As ações deverão orientar-se nos seguintes eixos programáticos:

1. Intervenções na Gestão do Setor Público na busca de resultados

O governo do Estado dará um enfoque especial ao estabelecimento de um marco institucional destinado à implementação de políticas focadas na prestação de serviços. Para apoiar uma gestão baseada em resultados, será reforçada a metodologia de monitoramento e de um sistema de informação – o Sistema de Monitoramento de Ações Estratégicas (SIMO), uma experiência bem sucedida no rastreamento dos avanços dos programas prioritários vinculados ao Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, cuja abordagem será bem mais vigorosa na execução do PPA 2015-2018. Cabe ao governo estabelecer a base legal para a implementação de regulamentações específicas para sua execução e para a elaboração dos relatórios de programas de investimento.

2. Modernização da Gestão Financeira Pública

Foi recentemente implementada uma série de iniciativas para modernizar a gestão financeira pública do Estado e melhorar o espaço fiscal, visando aumentar investimentos estratégicos, mas o Governo necessita avançar mais nesta área, investindo em novos processos de gestão financeira, bem como em um sistema para introduzir a contabilidade patrimonial.

Em vista da complexidade dos avanços para o ingresso nesse novo sistema, serão elaborados estudos que incluirão um diagnóstico sobre Gastos Públicos e Responsabilidade Fiscal; consultoria para apoiar os esforços do Estado na implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS) na adoção dos padrões da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI). Em termos nacionais, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) foram discutidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com o objetivo de convergi-las ao setor público Brasileiro – União, Estados e Municípios.

Como consequência, a adoção do novo sistema integrado de gestão financeira permitirá ao Governo gerenciar seus recursos financeiros e seu patrimônio de forma mais completa e eficiente, com impactos positivos para todos os setores e para a estabilidade fiscal como um todo, além de que melhorará o controle interno e a transparência em relação a todos os ativos e passivos, e fornecer ao governo informações mais completas e consistentes sobre custos e receitas.

4. Desenvolvimento Rural

Agricultura do Agronegócio

A agricultura de grande porte, dos grandes negócios, voltada para a exportação de grãos por si só se move, considerando as relações dos seus responsáveis com os bancos e com empresas fornecedoras de insumos e geradoras de tecnologia. Tem enorme importância na sócio- economia do Estado, tendo em vista os impactos positivos que provoca no meio rural e, principalmente nas cidades, com a ampliação do comércio, de serviços e no emprego a renda. Não é por acaso que as maiores rendas per capita do estado deslocaram-se da Capital para Uruçuí e Bom Jesus.

A produção granífera (soja, milho) e de oleaginosa (algodão) trouxeram essas mudanças. Mas tais mudanças não estarão completas se não houver uma estreita associação entre a produção local e a ampliação do processamento dos grãos dentro do Estado, um importante elemento de agregação de valor ao que aqui se produz. Algumas processadoras existem na região, mas com a ampliação da produção devem ser criados incentivos para ampliar o número e a própria dimensão dessas processadoras, parte delas junto à própria região produtora, e outras (por exemplo o acondicionamento do óleo de soja) em regiões próximas aos canais de exportação. Esse processamento industrial poderá envolver cerca de 4 milhões de toneladas de grãos.

A partir desse processamento, novas oportunidades podem ser estabelecidas a partir das alternativas de uso da soja e produtos complementares a ela ou então como uso dos grãos para ração e o desenvolvimento da pecuária.

Por fim, é importante destacar que, para o desenvolvimento dos negócios da grande produção, algumas providências devem ser adotadas, entre as quais destacamos:

- a) maior clareza acerca dos direitos de propriedade, de modo que a questão fundiária deve ser enfrentada e um processo de regularização fundiária deve ser posto em marcha;
- b) Resolver, definitivamente o problema do escoamento da produção, um dos gargalos na expansão da produção das atividades dos grandes negócios agrícolas do Sudoeste;
- c) As atividades deverão requerer mão de obra qualificada, de modo que outro pré-requisito, que é tanto mais importante quanto mais se quer a agregação de valor na própria região, é a melhora da formação educacional e profissional regional;
- d) Ampliação de empreendimentos agregadores de valores, como produtores de calcário e processadoras de grãos.

Agricultura Familiar

A pobreza extrema no Piauí está focalizada no meio rural, principalmente na região do Semiárido, todavia incluindo bolsões em todas as regiões do Estado, inclusive no Cerrado. Essa pobreza advém de atividades rurais desenvolvidas sem o recurso de processos modernos de produção, voltadas para a subsistência de famílias pobres cuja renda é fortalecida pelo Programa Bolsa Família. Esse grupo tem acesso limitado a serviços básicos de saúde, educação, energia elétrica, moradia, saneamento e distribuição de água potável. Uma alternativa encontrada para reformar, em termos, as atividades rurais e a elevar a renda dessas famílias consistiu do desenvolvimento das cadeias produtivas, com suas diversidades locais, obtendo-se diferentes níveis de sucesso. Destacam-se as cadeias produtivas de apicultura, piscicultura, ovino/caprinocultura, cajucultura e mandiocultura. Ainda que consolidadas, estas cadeias produzem um volume abaixo do desejado, considerando seu enorme potencial de desenvolvimento. Diante disso, o

Estado é carente em produção de alimentos para atender as demandas de sua própria população. Segundo dados da Fundação CEPRO, entre 70% e 80% dos produtos alimentícios na área urbana têm origem em outros estados, dependendo da estação das chuvas.

É nosso compromisso empregar todos os esforços no estabelecimento de uma agricultura familiar voltada para a segurança alimentar baseada nos seguintes princípios:

- Fortalecimento do órgão estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural e execução de um programa permanente de capacitação dos extensionistas rurais, com vistas a assegurar aos agricultores familiares assistência técnica adequada à realidade do semiárido, em articulação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e segundo as orientações da Política Nacional de Assistência Técnica e Programa Nacional de Assistência Técnica;
- Estabelecimento de linhas de financiamento para agricultura familiar considerando, juros mais baixos para os agricultores que adotarem práticas conservacionistas;
- Programa de incentivo à utilização de Arranjos Produtivos Locais;
- Ampliar a rede de eletrificação rural.

Agricultura Irrigada

A irrigação pública e privada teve um incremento significativo no Piauí, embora espacialmente ainda pequeno quando comparado com outros estados, com destaque para Pernambuco.

A CODEVASFP tem dado passos importantes, embora ainda tímidos, para abrir novos campos irrigados no Estado.

O Governo Federal lançou o Programa Mais Irrigação, que prevê investimentos de R\$ 10 bilhões, do Governo Federal e da iniciativa privada, para valorizar a economia regional, gerar mais emprego e renda e garantir a produção de alimentos de qualidade. É necessário que o Governo do Estado apresente projetos e vá em busca de uma significativa fatia desses recursos.

Atividades Agropecuárias

Financiar as atividades agropecuárias e não agrícolas exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e sua família;

Desenvolver ações voltadas para a criação de emprego e geração de renda junto aos pequenos empreendedores, por meio do fomento à produção, à capacitação e à criação de infraestrutura, dotando as comunidades beneficiadas de instrumentos que permitam seu desenvolvimento em bases sustentáveis;

Melhorar o plantel ovino/caprino e difusão da produção melífera;

Promover a conservação e o controle do meio ambiente;

Fomentar a implantação, ampliação, modernização e realocação de unidades agroindustriais nas ASD, para elevar a competitividade, aumentar as oportunidades de emprego, promover uma melhor distribuição de renda e induzir a interiorização do desenvolvimento;

Apoiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada, sustentável econômica e ambientalmente e ampliar a capacidade de armazenamento das propriedades rurais;

Incentivar a correção de solos, a recuperação de áreas de pastagens cultivadas degradadas e sistematização de várzeas, visando ao aumento de produção de grãos;

Formar e incentivar aos arranjos produtivos locais (APL).

Gestão Fundiária

O Cerrado piauiense, localizado no extremo sul do Estado, concentra as maiores quantidades de terras públicas devolutas. Nesta zona, os grandes incentivos econômicos para aumentar a produção agrícola, somados às deficiências do aparato estatal de administração fundiária, têm gerado inúmeros conflitos relacionados com a terra. Cerca de 1.800 conflitos fundiários são objeto de ações judiciais em trâmite na Vara Agrária do Estado do Piauí. As partes dos conflitos variam caso a caso, envolvendo pequenos, médios e grandes produtores – dentro e entre cada uma dessas classes. Muitos outros conflitos estão latentes.

A recente avaliação da gestão fundiária no Piauí (Banco Mundial, 2013) concluiu que, apesar da existência de diversas leis restringido o uso da terra, essas normas não são estritamente cumpridas e, muitas vezes, não representam qualquer constrição aos grandes proprietários de terra. A avaliação notou grandes deficiências no mapeamento e garantia de direitos em áreas florestais; reiterados conflitos gerados pela aquisição em grande escala de direitos de propriedade; e a falta de canais para apresentar reclamações quando grandes investidores descumprem exigências legais e contratuais.

A situação anterior gera consequências negativas sob duas vertentes. Por um lado, comunidades vulneráveis que habitam terras públicas, incluindo assentamentos quilombolas e pequenos posseiros que praticam a agricultura familiar, estão em risco de perder em parte ou totalmente os seus direitos sobre a terra, caso a ocupação desta não seja regularizada. Esta tensão está emergindo no Estado, por exemplo, no Vale do Rio Guaribas, onde existe um conflito entre grandes companhias mineradoras e comunidades vulneráveis.

Por outro lado, em um ambiente caracterizado pela governança ineficaz da terra, é comum a ocupação desordenada e ilegal de áreas rurais (grilagem), especialmente no Cerrado, gerando perdas tributárias e outros efeitos sociais, ambientais e econômicos adversos.

Gestão Ambiental

Avalia-se a necessidade de adotar políticas públicas para aumentar a eficiência da gestão de recursos hídricos no Estado. Diante da forte seca dos últimos dois anos, pequenos produtores que receberam os títulos de propriedade através da Lei 6.127/11 (*supra* parágrafo 13) expressaram receio em solicitar recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outras linhas de crédito, devido às possíveis perdas na produção decorrentes da escassez de água.

Situado em área de transição entre o sertão semiárido e a zona subsumida amazônica, o Piauí possui mais da metade de todos os recursos hídricos subterrâneos do Nordeste brasileiro. Apesar da grande extensão dos lençóis freáticos, a irregularidade das chuvas gera dois opostos na oferta de água no Estado: a extrema escassez na sua porção leste, especificamente no semiárido, e a relativa abundância no restante do seu território, incluindo a região do Cerrado. Enquanto as chuvas chegam a cerca de 1.400 mm por ano no norte do Piauí, não ultrapassa 800 mm na região do semiárido, com níveis elevados de evaporação. No centro-sul, as médias de chuva atingem 1.100 mm e na região sudoeste pode chegar a 1.600 mm.

Estima-se que os recursos hídricos no estado estejam na ordem de 19 bilhões m³, sendo 94% destes em água superficiais e 6% abaixo da terra, ou seja, algo em torno de 5.700m³ por habitante, por ano. Na região do semiárido, no entanto, a água disponível está em torno de 1.000m³ por pessoa/ano, o que é suficiente para o consumo humano, mas insuficiente para o uso na irrigação. Apesar disso, os recursos hídricos são usados de forma ineficiente em todo o Estado.

Deste modo, a gestão dos recursos hídricos no Piauí tem como desafios e prioridades: (a) assegurar a disponibilidade de água adequada para o consumo humano e animal, principalmente na região do semiárido; (b) assegurar a oferta e qualidade das águas subterrâneas e de superfície para as finalidades

previstas; (c) regular e controlar o uso de águas subterrâneas e superficiais, com a alocação clara e transparente dos direitos de água, em especial nas regiões do semiárido e do Cerrado; e (d) regular o fluxo do rio Parnaíba e seus afluentes, para prevenir e mitigar inundações periódicas de grandes extensões de terra, bem como para utilizar esses recursos para a navegação, irrigação e geração de energia elétrica.

Combate à Desertificação

O acentuado grau de degradação nas duas regiões do Piauí, semiárido e subúmido seco, representa um grave entrave à promoção da qualidade de vida do Estado e também do Brasil. É necessário, pois, um programa de políticas públicas que incorpore toda a sociedade na luta ao combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca. Cabe ao Estado apoiar o Programas de Ação Estadual de Combate à Desertificação - PAEs elaborado com vistas a estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais que permitam otimizar a formulação e execução de políticas públicas e investimentos privados nas Áreas Suscetíveis à Desertificação – ASD. Com isto, criar instrumentos de apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas compatíveis com a preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, ajudando na consolidação de cadeias produtivas estratégicas adequadas, respeitando as limitações e aproveitando as potencialidades dos biomas, com aplicação de tecnologias adaptadas ao ambiente e à sustentabilidade da flora e da fauna locais.

Uso dos Recursos Hídricos

A água é, provavelmente, o único recurso natural que tem a ver com todos os aspectos da civilização humana, desde o desenvolvimento agrícola e industrial aos valores culturais e religiosos arraigados na sociedade. É um recurso natural essencial, seja como componente bioquímico de seres vivos, como meio de vida de várias espécies vegetais e animais, como elemento representativo de valores sociais e culturais e até como fator de produção de vários bens de consumo final e intermediário.

Os recursos hídricos têm importância fundamental no desenvolvimento de diversas atividades econômicas. Em relação à produção agrícola, a água pode representar até 90% da constituição física das plantas. A falta d'água em períodos de crescimento dos vegetais pode inviabilizar a produção agrícola e até afetar seriamente ecossistemas equilibrados. Na indústria, por exemplo, para se obter diversos produtos, as quantidades de água necessárias são muitas vezes superiores ao volume gerado pelas estações de tratamento de água.

No nosso Estado, sabe-se que durante as secas, que se amudaram nos últimos anos, grande número de municípios, ainda nos dias de hoje, enfrentam situações de calamidade pública em face da falta de água potável para as populações, bem como para seus rebanhos animais.

Estudos indicam que a demanda de água para o abastecimento humano crescerá entre 2014 e 2030, assim como também crescerá a demanda para a agricultura irrigada e para a indústria, incluindo as atividades de mineração relacionada com a exploração da mina de níquel localizada no município de Capitão Gervásio Oliveira, e de ferro localizada na região de Paulistana.

Esta constatação indica a urgente necessidade de aplicação de recursos financeiros na ampliação das reservas hídricas de superfície, com a construção de mais grandes açudes e exploração racional das águas subterrâneas.

5. COMO FAZER A ECONOMIA CRESCER GERANDO EMPREGO E RENDA?

Um dos grandes desafios do Governo do Estado do Piauí é promover o desenvolvimento humano equilibrado com igualdade de oportunidades para todos os piauienses. No entanto, Piauí ainda enfrenta graves problemas estruturais: tem uma base econômica pequena, uma enorme dívida social que é agravada pela alta concentração de renda (é o 2º estado com maior concentração de renda do Brasil - índice de Gini/2011) e possui, ainda, 21,4% da população em situação de extrema pobreza (IBGE 2010).

É verdade que, nos últimos anos, o estado tem melhorado seu desempenho em vários indicadores, mas ainda tem muito que avançar.

O PIB do Estado do Piauí tem crescido a olhos vistos, passando de R\$ 14,1 bilhões de reais em 2007 para R\$ 22 bilhões de reais em 2010 (Dados do IBGE) o que classificou o estado como o 23º (vigésimo terceiro) colocado em geração de riqueza no ano de 2010, acima de Tocantins, Amapá, Acre e Roraima. No entanto, quando comparado ao PIB do Nordeste e do Brasil, R\$ 507,5 bilhões e R\$ 3.770 bilhões respectivamente, percebemos o quanto o Piauí, que representa apenas 0,6% do PIB nacional, tem para crescer.

Da mesma forma, para o ano de 2010, a renda per capita estadual foi estimada em R\$ 7.072,80. O resultado tira o Estado da posição de menor renda per capita do país, registrada desde 2003, deixando para trás o Maranhão que registrou uma renda per capita de R\$ 6.888.

O significativo desempenho da economia foi puxado pela forte expansão do consumo da população de menor renda e pela expansão da produção agrícola no sul do estado. Neste caso o destaque é o aumento da produção de grãos no cerrado piauiense com aumento, entre 2004 e 2010, de 123% na produção de soja e 640% na de milho.

A expansão do consumo na população de baixa renda pode dever-se ao aumento crescente de famílias beneficiadas com o programa Bolsa Família, que em 2013 foi de 446,7 mil famílias no Piauí conforme dados da Secretaria da Assistência Social e Cidadania e do Ministério do Desenvolvimento Social.

O Piauí é o 8º Estado da federação com maior número de pessoas em situação de pobreza extrema, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do IBGE. São 665.732 pessoas que vivem na miséria, correspondendo a 21,4% da população de 3.118.360 habitantes. Proporcionalmente, o estado figura entre os 3 (três) com os maiores percentuais de pessoas em situação de extrema pobreza. A linha de pobreza foi estabelecida em R\$ 70,0 per capita, considerando o rendimento nominal mensal domiciliar.

Quase ¼ da população do estado do Piauí é analfabeta. No entanto, analisando-se a série histórica sobre o analfabetismo desde o ano de 2002, quando se tinha quase 30% de analfabetos, veremos uma melhora considerável. Mesmo assim a taxa de analfabetismo do estado no ano de 2012 ainda é muito alta, com 18,8% das pessoas, com 15 anos ou mais de idade, analfabetas, de acordo com dados do IBGE.

Interessante notar que esse percentual é bem próximo ao registrado pelo IBGE de pessoas em situação de extrema pobreza, 21,4%, sendo esse índice elevado de pessoas analfabetas de fato um inibidor do

crescimento/desenvolvimento do estado. Além disso, a educação é um dos três vetores de cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano, fazendo com que esses números deixem o estado na 25ª posição entre os 27 estados da Nação.

O IDH do estado melhorou de forma bastante positiva desde o ano 2000. Em comparação com outros estados logicamente seus números ainda precisam melhorar. É um dos mais baixos do país, ficando acima apenas dos estados do Maranhão e Alagoas. Esse quadro, em tese, não poderia ser diferente face à dimensão econômica (renda, PIB e PIB per capita) do estado ser ainda incipiente.

Verificamos também melhoras nos índices de Mortalidade Infantil e Esperança de Vida ao Nascer, conforme vemos a seguir:

Taxa de Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos– Brasil / Piauí

	Mortalidade Infantil		
	1991	2000	2010
Brasil	44,68	30,57	16,7
Piauí	64,73	41,87	23,05

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – PNUD

Esperança de Vida ao Nascer – Brasil / Piauí

	Esperança de Vida ao Nascer(%)		
	1991	2000	2010
Brasil	64,73	68,61	73,94
Piauí	60,71	65,55	71,62

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – PNUD

A ação do governo no sentido da geração orientada de emprego e renda se efetivará em todos os órgãos, por suas respectivas capacidades de geração de oportunidades de emprego e renda, seja como resultados dos gastos diretos, seja pelos investimentos. Algumas instituições, no entanto, estarão mais de perto relacionadas com esses objetivos, como a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, a Agência de Fomento e Desenvolvimento, que devem seguir as diretrizes de trabalho do Banco Popular, criado pela Prefeitura de Teresina, na operacionalização do microcrédito, o Programa de Combate à Pobreza Rural, o Programa de Crédito Fundiário, a extensão rural, promovendo também as atividades rurais não agrícolas.

Será importante, igualmente, a articulação e a cooperação com entidades não governamentais, como o SEBRAE e o SENAR, para a realização de atividades de qualificação de mão-de-obra e de identificação de oportunidades de trabalho e investimento de pequeno porte no interior do estado.

6. COMO LEVAR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE AO NOSSO POVO?

Todos os piauienses têm direito a uma educação de qualidade, em todos os níveis. E o grande desafio do estado nos próximos anos será ampliar o esforço na direção da qualidade da educação, sustentada em uma concepção de direitos. Este desafio inclui a universalização da Educação Básica dos 4 aos 17 anos, com a colaboração entre todos os entes federados na direção da ampliação do aprendizado. Supõe também políticas de acesso, permanência, redução da distorção idade-ano de escolaridade, maior equidade, intersetorialidade, com ênfase na redução das desigualdades, ampliação das oportunidades aos estudantes mais carentes e respeito às diversidades.

A sociedade piauiense quer escolas organizadas que funcionem bem, com mais tempo para as crianças aprenderem, mais transparência na gestão de recursos públicos, mais eficiência na execução de políticas educacionais e mais professores bem preparados e remunerados adequadamente. Enfim, mais educação fazendo diferença efetiva na vida de nossos filhos.

A educação deve ser também reconhecida em seu papel de propulsora do desenvolvimento social e econômico e como instrumento de ampliação de oportunidades de emprego acarretando, por decorrência, a redução de desigualdades sociais. É necessário garantir sua centralidade no conjunto das políticas públicas e, reconhecendo as especificidades locais e regionais, assegurar o desenvolvimento socioeconômico de todo o país.

Nos últimos anos, alguns eixos importantes para a garantia da qualidade foram privilegiados no contexto da política educacional: a mediação tecnológica; a formação profissional e valorização do pessoal docente e técnico-administrativo; a gestão educacional; a avaliação institucional e os programas de fortalecimento institucional da rede pública de educação. Neste sentido, o governo estadual vem trabalhando no sentido de sensibilizar e divulgar a importância do acesso de crianças, jovens e adultos piauienses à escola, através da garantia da matrícula, como direito de todos a uma educação de qualidade.

Entre os esforços recentes, foi implantado, através do regime de colaboração entre estado e municípios, o compromisso pela alfabetização de crianças na idade certa, através de parceria firmada com o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (UNICEF), que beneficiou em 2012-2013, cerca de 40 mil alunos de escolas municipais em aproximadamente 150 municípios piauienses.

As políticas de fortalecimento da gestão escolar foram ampliadas, pois, além da realização de eleições diretas para a função de diretor de escola, pela primeira vez, a função de gerente regional de educação do Piauí foi ocupada por profissional da educação selecionado por mérito, através da análise de currículo e plano de trabalho.

Em 2011 foram implantados, ainda, o Projeto de Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Ministério da Educação (MEC), visando garantir a articulação e unicidade das ações da Secretaria de Educação do Estado e a melhoria da qualidade da Gestão Educacional, Formação de Professores e Profissionais de Apoio, Práticas Pedagógicas e Infraestrutura e Equipamentos Pedagógicos e o sistema de Avaliação Educacional do Piauí – SAEPI, cuja primeira edição avaliou cerca de 120 mil estudantes da rede pública de ensino municipal e estadual, com o objetivo de diagnosticar a qualidade do ensino e da aprendizagem nas escolas públicas para o estabelecimento de políticas educacionais integradas.

Outro ponto ainda mais relevante diz respeito à ampliação da oferta de educação integral, a partir do Programa Mais Educação, que promove a extensão de tempos, espaços, oportunidades educativas e o

compartilhamento de tarefas de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, famílias, e diferentes atores sociais, além de expandir o número de Centros de Educação em Tempo Integral, cuja jornada semanal de 45 horas é dividida em 9 horas diárias letivas.

No que tange à formação de professores, os programas de formação inicial e continuada de docentes da rede pública foram fortalecidos, visando à valorização e a qualificação do trabalho escolar, por intermédio do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica) executado em regime de cooperação entre o Ministério da Educação/MEC, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior/Capes, a SEDUC/PI, e as Universidades Públicas.

Mas, ainda há enormes desafios a serem vencidos! Comprometida com a gestão adequada dos recursos, a principal tarefa em educação da nova administração será ampliar o nível de qualidade educacional para todos e completar o acesso onde necessário. E isso só será possível trabalhando em parceria com os governos federal, municipais, setor privado e sociedade civil. Outro aspecto fundamental é a carreira, qualificação e formação de professores, o que também está relacionado à questão da equidade. Tornar atraente a carreira de professores e incentivar mudanças nos programas de formação inicial e continuada é compromisso de nosso programa de governo.

Para o equacionamento dos graves e complexos problemas historicamente enfrentados no Piauí, outras importantes tarefas precisam ser enfrentadas, especialmente a erradicação do analfabetismo, com garantia de permanência de toda criança na escola. Além disso, cada escola deverá ser um espaço seguro, inclusivo e acolhedor: um corpo docente, técnico e administrativo, bem preparado e comprometido, adequada infraestrutura física, laboratorial e tecnológica, transporte escolar e alimentação de qualidade. Cabe também propiciar condições adequadas para o ensino e o trabalho, bem como para o envolvimento das famílias, das comunidades e da sociedade em geral na vida escolar.

Além disso, não se pode deixar de planejar o futuro das políticas públicas estaduais sem uma forte e profunda articulação entre as áreas de educação, esporte e cultura. Esta visão intersetorial foi um dos principais resultados do processo de discussão dos seminários “Ouvindo o Piauí”, emanada da compreensão dos diversos atores, de todas as regiões do Estado, que propuseram de maneira clara que a educação deve articular e amplificar o papel do esporte e da cultura da vida de nossas crianças e jovens, bem como permitir que os talentos esportivos e manifestações culturais estruturem uma convivência social mais adequada, segura e ligadas às raízes de nossa identidade enquanto povo.

Assim, visando consolidar esse processo de escuta da vontade popular, é que propomos os seguintes compromissos que irão configurar no governo o verdadeiro “olhar pela nossa gente”:

1. Compromisso com a valorização da carreira de professores e a promoção de mudanças na formação inicial

Estudos nacionais recentes mostram que a carreira de professor é a menos atrativa e com a menor remuneração entre as de nível superior, quando seria necessário que ela provocasse o interesse de pessoas com mais formação, talento e motivação. Para tornar essa carreira realmente atrativa e prestigiosa, é necessário pagar melhor, e também garantir que professores mais dedicados e competentes tenham uma perspectiva estimulante pela frente. O governo piauiense deverá continuar criando incentivos para melhorar a formação, a carreira e a remuneração dos professores, bem como valorizar e reconhecer aqueles profissionais que mais contribuem para o desenvolvimento de seus alunos.

Um professor competente, bem formado e bem remunerado, significa pelo menos 25 anos de bom ensino para centenas ou mesmo milhares de crianças e jovens. Depende dele, portanto, a sustentabilidade da melhoria do aprendizado em nosso Estado.

Por que a carreira é pouco atrativa, os melhores alunos do ensino médio demonstram pouco interesse pelo magistério. Para reverter essa situação, é preciso uma carreira orientada pela necessidade inadiável de articular a valorização dos professores com a melhoria da aprendizagem dos alunos.

Diretrizes para a carreira de professor

- ✓ **Melhoria do Salário inicial e dos salários em geral.** Adequado equilíbrio entre vencimento inicial e remuneração final;
- ✓ **Desenvolvimento profissional.** Garantia de remuneração inicial adequada aos níveis de formação inicial e valorização da formação continuada para progressão na carreira;
- ✓ **Evolução funcional e incremento salarial baseados em avaliações.** A progressão na carreira e a melhoria salarial devem ser articuladas com a avaliação docente e com os resultados educacionais;
- ✓ **Profissionalização da docência.** Opção de ampliação progressiva da jornada de trabalho para 40 horas semanais, em regime de dedicação exclusiva e garantia das horas-atividade.
- ✓ **Promoção contínua de concursos públicos.** Garantia da realização de concursos públicos, com redução paulatina do número de professores temporários na rede estadual.

a. Formação inicial e continuada de professores

Vários fatores contribuem para o sucesso da aprendizagem, mas o preparo e o compromisso do professor é o que tem mais impacto. Frequentemente, estudantes piauienses não aprendem porque tem professores ministram disciplinas para as quais não foram preparados. E isso não é culpa do professor. Principalmente no interior do Piauí, há inúmeros casos de professores alocados em disciplinas alheias à sua formação, prejudicando o seu desempenho profissional e, principalmente, o aprendizado dos alunos.

Neste sentido, é necessário criar programas estaduais de formação pedagógica nas áreas em que temos carências de professores especializados, oferecendo oportunidade para que os profissionais que assim o desejarem, possam obter conhecimentos e metodologia de ensino voltada a determinados campos do conhecimento, inclusive quando se tratar de disciplinas específicas do ensino profissionalizante.

Além disso, a secretaria de educação deve realizar políticas de interlocução com as universidades e faculdades no sentido de superar a fragmentação, desarticulação e má qualidade de muitos dos cursos de formação inicial de nossos professores. Portanto precisamos avançar mais e pensar o conjunto da política estadual de formação e ter uma estratégia de mudança por etapas.

Embora a política de formação de professores seja uma política nacional que deve ser liderada pelo governo federal, cabe também ao governo estadual propor novas articulações da política nacional de formação de professores, tanto junto às instituições formadoras, públicas e privadas, como junto às secretarias municipais de educação.

Diretrizes para a formação do professor

- ✓ **Valorização da profissão, inclusive criando incentivos para a escolha da carreira do magistério.** Tornar mais competitiva a relação candidato/vaga para ingressar nos cursos de formação de professores e atrair mais talentos;
- ✓ **Incentivo e estruturação de novos espaços institucionais dedicados à formação de professores;**
- ✓ **Apoio a metodologias e práticas que ensinem a ensinar, com estágios nos moldes da residência pedagógica;**
- ✓ **Estímulo para uso pedagógico de tecnologias da informação e comunicação nos cursos de formação de professores.** Apoio a experiências de ensino que combinem tecnologias presenciais e à distância; uso e elaboração de objetos virtuais de aprendizagem e todos os formatos viáveis de aprendizagem colaborativa;

2. Compromisso com a Gestão e Melhor Infraestrutura das Escolas

As escolas têm uma função social a cumprir, e devem ter apoio e autonomia para cumprir estas funções. A contrapartida das escolas é ter responsabilidade: apresentar aos pais e à sociedade serviço público de qualidade. Já existem no Brasil experiências de compromissos formais entre escolas e governos estaduais, como, por exemplo, o acordo de resultados em Minas Gerais. Nestes acordos, as escolas, por meio de seus dirigentes, se responsabilizam por garantir a educação e a permanência dos alunos das escolas, estabelecendo objetivos e metas em comum acordo, vinculadas a recursos comprometidos para sua execução.

Diretrizes para a melhoria da gestão escolar

- ✓ **Criar incentivos do governo estadual para a implantação de acordos de resultados entre governo e escola.** Garantia de mais autonomia na gestão de recursos humanos e manutenção de equipamentos, com o compromisso de prestação de contas à sociedade;
- ✓ **Estímulo contínuo à formação dos diretores escolares.** Garantia de cursos de formação continuada para os diretores escolares, nas diversas áreas que contribuam para o seu melhor desempenho na gestão;
- ✓ **Apoiar a participação das famílias nas escolas, bem como da sociedade mais ampla do meio em que funcionam – de organizações religiosas, sociais, empresas, etc.;**
- ✓ **Continuidade da política de modernização dos equipamentos escolares, incluindo a instalação de bibliotecas e laboratórios, computadores e, onde possível, acesso à Internet.** Para viabilizar o amplo uso de tecnologias, o governo estadual deverá continuar garantindo às escolas condições adequadas de infraestrutura;
- ✓ **Melhoria dos repasses financeiros adicionais às escolas.** Os repasses devem ser desburocratizados, sendo pactuados em função de critérios claros e objetivos, com vistas

ao cumprimento das metas do acordo de resultados da escola com o governo estadual.

- ✓ **Ampliar a política estadual de construção e/ou cobertura de quadras de esporte e espaços culturais nas escolas estaduais.**

3. Compromisso com o fortalecimento do regime de colaboração com os municípios

O fortalecimento do regime de colaboração com os municípios é essencial não apenas nos aspectos relacionados ao financiamento, mas em diferentes dimensões da educação. É verdade que o regime de colaboração existente enfrenta desafios, mas compete ao governo estadual ampliar a coordenação das políticas educacionais em todas as esferas federativas, inclusive na discussão por uma definição mais precisa de seu como articulador da melhoria geral da aprendizagem dos alunos no território piauiense. Neste sentido, é importante também a criação de novos fóruns de debate e deliberação entre o governo estadual e governo municipais em prol da qualidade do ensino.

Diretrizes para o regime de colaboração entre Governo Estadual e Municípios:

- ✓ **Estímulo ao planejamento conjunto da oferta das redes estadual e municipais de ensino.** Racionalização da aplicação dos recursos públicos e equacionamento do problema do financiamento do transporte escolar;
- ✓ **Melhoria da relação entre governo estadual e administrações municipais.** Estabelecimento de um planejamento integrado entre governo estadual e municípios para a definição das estratégias de execução das metas do PNE;
- ✓ **Institucionalização de novos espaços deliberativos.** Diálogo técnico permanente sobre as dificuldades municipais na gestão de suas redes e monitoramento compartilhado dos resultados educacionais nos diferentes níveis de ensino;
- ✓ **Definição de estratégias específicas de apoio técnico aos municípios na área da educação infantil.**
- ✓ **Continuidade da política de promoção de apoio técnico aos programas de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental;**
- ✓ **Apoiar a produção de recursos didáticos e de tecnologias educacionais de apoio aos municípios.**
- ✓ **Aperfeiçoar o Sistema de Avaliação da Educação Estadual e pactuar as matrizes de avaliação com os municípios.**

4. Compromisso com o apoio às políticas municipais para a Primeira Infância

A única forma de assegurar igualdade de oportunidades na vida e na escola é garantir condições para que toda criança nasça e se desenvolva num ambiente sadio, livre de riscos e ameaças – independentemente da condição financeira dos pais. Isso implica reduzir os fatores de risco, em geral associados com a pobreza, e implantar políticas de desenvolvimento da criança de zero a 3 anos que incluem ações integradas de educação, saúde e assistência às famílias.

Na primeira infância os processos de aprendizagem são muito velozes e intensos. Uma política para garantir o desenvolvimento da criança de zero a 3 anos deve propiciar a qualidade da interação entre todos os aspectos sociais e emocionais que favorecem o desenvolvimento infantil e fortalecer as famílias para cuidar dos seus filhos.

O compromisso com a Primeira Infância importa no trabalho do governo estadual em apoiar tecnicamente aos municípios no sentido do estímulo à implantação de formas alternativas de atendimento às famílias e às crianças; de modelos integrados de atendimento em creches; e, às políticas integradas e flexíveis de atendimento às famílias com crianças, conforme suas diferentes situações e necessidades.

Diretrizes para a Primeira Infância:

- ✓ **Incentivar os municípios a implantarem políticas integradas para a primeira infância (saúde, assistência social e educação);**
- ✓ **Criar mecanismos de estímulo a formas alternativas de atendimento municipal a crianças, especialmente na zona rural;**
- ✓ **Expandir e aperfeiçoar ações estaduais de apoio à Educação Infantil.** Apoiar tecnicamente os municípios no desenvolvimento de recursos pedagógicos e formação de profissionais para garantir o desenvolvimento social, emocional e comunicativo da criança;
- ✓ **Desenvolver programas de capacitação e certificação de educadores de primeira infância.** Levar em conta os conhecimentos científicos sobre os fatores que promovem o desenvolvimento infantil, com ênfase em aspectos sócio emocionais.

5. Compromisso com a Juventude: fortalecimento do ensino médio

A escola, como é hoje, não atende às expectativas e necessidades da juventude. Mudanças de grande amplitude como a crescente demanda por escolaridade, novas formações, percursos curriculares flexíveis e recursos pedagógicos tecnologicamente avançados vêm causando um impacto de proporções inéditas no campo educacional. E o advento da internet e das redes sociais acentua a limitação das metodologias mais ortodoxas ainda hoje adotadas.

Nosso Ensino Médio, além de estar longe da universalização, convive com a acentuação de um cenário de baixa atratividade e ausência de significado da escola para o jovem, resultando em aprendizado insuficiente, altas taxas de evasão e dados inaceitáveis relativos à distorção idade-ano. O ensino médio deve assumir novos significados, de forma a atender às múltiplas exigências da sociedade contemporânea nos vários campos do saber e do trabalho.

Diretrizes para a reforma do ensino médio

- ✓ **Continuidade da política de implantação gradual da escola de tempo integral.** Hoje a maioria das escolas públicas piauienses funciona em dois ou três turnos e muitas vezes o ensino médio se dá à noite por falta de espaço físico próprio do governo estadual. Passar todas as crianças e jovens para tempo completo requer adquirir ou construir novos prédios e contratar mais

professores e professoras com a opção de regime de 40 horas, dedicados integralmente às escolas a que estão vinculados.

- ✓ **Criar uma política integrada para a juventude, incluindo educação, formação profissional, ensino técnico e primeiro emprego.**
- ✓ **A eliminação progressiva do ensino noturno para menores de 16 anos**, uma vez que se trata de um grupo etário que não pode trabalhar segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- ✓ **Transformação da escola em espaço que incentive a participação efetiva dos jovens tornando-os protagonistas e sujeitos de suas trajetórias;**
- ✓ **A eliminação progressiva do ensino noturno para menores de 16 anos**, uma vez que se trata de um grupo etário que não pode trabalhar segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- ✓ **Transformação da escola em espaço que incentive a participação efetiva dos jovens tornando-os protagonistas e sujeitos de suas trajetórias, principalmente através da articulação das políticas de esporte e cultura no dia a dia da escola;**

6. Compromisso com a Juventude: fortalecimento da Educação Profissional

Atenção especial será dada à Educação Profissional. O crescimento significativo da demanda por profissionais capacitados em todos os níveis, especialmente na zona rural, é uma realidade do mercado de trabalho piauiense. Como vários outros estados brasileiros, o Piauí vem implantando programas de educação profissional que buscam atender necessidades locais. E, com a criação do PRONATEC, em 2011, houve uma ampliação da oferta de cursos técnicos e de cursos de qualificação profissional também no Piauí.

No entanto, em que pese o volume de recursos investidos, ainda se fazem necessários novos esforços e recursos para ampliar a oferta de vagas nesta modalidade de ensino, além de se buscar a gradativa resolução dos problemas pedagógicos relativos ao ensino de profissões específicas e, também, a melhoria na lotação de professores em relação às suas áreas específicas de formação profissional.

Diretrizes para a Educação Profissional:

- ✓ **Conceber e implantar um modelo de oferta de cursos técnicos que considere a demanda específica de cada região do Estado.** Os cursos a serem oferecidos poderão ser concomitantes ou sequenciais ao Ensino Médio;
- ✓ **Alinhar a oferta de cursos às características da economia de cada local e aos novos investimentos programados.** Identificar as demandas com maior taxa de empregabilidade e que, simultaneamente, estimulem o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais;
- ✓ **Diversificar a oferta do ensino médio profissional** (exemplos: profissionais para educação infantil, cuidadores de idosos, auxiliares de saúde)
- ✓ **Ampliar e melhorar a articulação das escolas e o mercado de trabalho local**, no sentido de abrir oportunidades de estágio para os alunos matriculados no ensino profissionalizante;
- ✓ **Ampliar e articular a política de primeiro emprego estadual ao ensino profissional**, oferecendo incentivos às empresas para escolherem egressos das escolas estaduais para iniciarem sua vida profissional

7. Compromisso com a Inclusão e qualidade no ensino superior

O desafio do ensino superior no Piauí está umbilicalmente ligado aos destinos da UESPI. Tomando como base o ano de 2012, nossa universidade estadual possuía 136 cursos presenciais de graduação, que ofereciam 4.030 vagas, gerando uma matrícula de 13.678 alunos. Além disso, ela possuía 1.346 docentes e 437 servidores técnico administrativos, lotados em seus 17 campi e 8 núcleos, espalhados por todos os territórios de desenvolvimento do Estado do Piauí.

Neste sentido, os seus principais desafios tem relação com o aprofundamento da sua autonomia, melhoria do financiamento e principalmente, da qualidade de ensino e ampliação da produção de conhecimento. Assim, cabe ao governo estadual continuar investindo na UESPI, e, também, na busca de um modelo inovador de relação com nossa universidade pública, estimular a contratualização de metas e resultados, com vistas a garantir não apenas a autonomia, mas os resultados que são cobrados pela sociedade.

Diretrizes para a política de ensino superior estadual

- ✓ **Garantir a autonomia e o fluxo regular de recursos para o custeio, investimentos e a valorização do corpo docente da UESPI;**
- ✓ **Assegurar maior coordenação no investimento de recursos públicos através de contratualização de metas e resultados entre governo estadual e administração superior da UESPI;**
- ✓ **Articular de modo mais eficiente, a expansão da rede de ensino público superior do Piauí, em articulação com a Universidade Federal e o Instituto Federal;**
- ✓ **Avaliar as condições de funcionamento da universidade estadual para continuar superando suas precariedades de modo a garantir a sustentabilidade com qualidade;**
- ✓ **Rever o sistema de supervisão, regulação e avaliação das atividades dos vários campi e núcleos da UESPI;**
- ✓ **Criar uma política de fixação de docentes com qualificação nos campi do interior do Estado;**
- ✓ **Promoção contínua de concursos públicos.** Garantia da realização de concursos públicos, com redução paulatina do número de professores temporários;
- ✓ **Fomentar o desenvolvimento de pesquisas na instituição, de modo a melhorar a competitividade do Piauí em ciência, tecnologia e inovação;**
- ✓ **Consolidar e ampliar a política de qualificação docente e cooperação entre a UESPI e demais instituição de ensino superior no país e no exterior.** Viabilizar a aumento da qualificação do corpo docente e ampliar o intercâmbio de professores e alunos para estimular a pesquisa científica;
- ✓ **Fortalecer a FAPEPI e seu importante papel no apoio à pesquisa e à qualificação de recursos humanos, especialmente da UESPI;**

8. Compromisso com a articulação das políticas de cultura e esporte em favor do pleno desenvolvimento da cidadania

Um dos principais desafios da sociedade piauiense é encontrar a articulação correta entre as políticas de educação, especialmente de ampliação de tempo escolar, e as políticas de esporte e cultura, em favor de todos os cidadãos, hoje cotidianamente expostos aos problemas que são gerados pela exposição de nossas crianças e jovens às tentações das drogas, que levam à violência e à perda de perspectivas de futuro de milhares de cidadãos piauienses e brasileiros.

O compromisso de articulação dessas políticas reflete uma das demandas mais urgentes da sociedade piauiense, de nossas famílias, hoje preocupadas com as dificuldades enfrentadas no dia a dia da criação de seus filhos, da sua livre circulação sem medo de sofrer violências de quaisquer natureza e, também, angustiadas quanto às suas alternativas de nossa convivência futura. A questão da violência enfim, não é apenas um assunto da política de segurança, mas tem profunda e séria relação com as políticas de educação, cultura, esporte e lazer.

Neste sentido, este compromisso deve ser pensado de maneira intersetorial, não apenas por que está articulado com a educação, mas porque a próxima administração estadual estará fortemente comprometida com uma visão da centralidade do papel dos órgãos estaduais de cultura e esporte em favor do cidadão piauiense, de todas as idades, especialmente aquele que ainda está na escola e precisa de estímulos corretos para o seu amanhã, que não é outro senão o destino de nosso Estado.

Diretrizes para as políticas de cultura e esporte

- ✓ Redefinição institucional e descentralização da atuação do órgão estadual de cultura;
- ✓ Redefinição institucional e descentralização da atuação do órgão estadual de esporte
- ✓ Reestruturação dos mecanismos de financiamento do esporte e da cultura e articulação com as políticas de educação;
- ✓ Ampliação da estrutura física voltada ao esporte e à cultura, respeitando o perfil dos municípios, no que refere às questões de manutenção e potencial de desenvolvimento das ações;
- ✓ Criação de Vila Olímpicas nos municípios pólo do Estado;
- ✓ Criação de Casas de Cultura nos municípios piauienses;
- ✓ Criação de políticas setoriais de capacitação de profissionais das áreas de esporte e cultura, atendendo aos critérios de diversidade de modalidades esportivas e referências culturais municipais;
- ✓ Criação de um programa de construção e manutenção de bibliotecas estaduais nos municípios;
- ✓ Regulamentação do Fundo de Incentivo ao Esporte e Lazer do Piauí (FIEL).
- ✓ Construção de praças de esporte, cultura e lazer, adaptadas às diversas realidades municipais.

8. COMO FAZER PARA A SAÚDE PÚBLICA MELHORAR?

O Governo do Estado buscará cumprir os três princípios constitucionais do SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS, de UNIVERSALIDADE, INTEGRALIDADE E EQUIDADE, incluindo repactuações com os municípios, com as participações da Comissão Intergestores Bipartite e do Conselho Estadual de Saúde.

Vamos criar e implementar as CENTRAIS DE REGULAÇÕES DO SUS, regionais e estadual, tornando o SUS mais eficiente, ágil e resolutivo;

Fortalecer e aumentar a resolutividade dos hospitais públicos, especialmente os regionais e de referências;

Implementar a Rede de Assistência às Urgências e Emergências Médicas, especialmente as relacionadas aos traumatismos;

Implementar, ampliar e criar novos Serviços de UTI's;

Implementar e criar Laboratórios de Análises Clínicas regionais;

Implementar e implantar Serviços de Diagnósticos por Imagem regionais, com emissão de laudos à distância dos exames radiológicos, mamografias, tomografias computadorizadas e ressonância nuclear magnética. As ultrassonografias serão realizadas por profissionais qualificados e locais;

Vamos promover maior participação estadual nas ações da Atenção Básica desenvolvidas pelos municípios;

Qualificar o Programa Saúde da Família, inclusive pactuando a participação de profissionais além dos médicos, enfermeiras, odontólogos, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde;

Garantir Assistência Farmacêutica adequada, com fornecimento regular dos medicamentos excepcionais e para o tratamento das doenças crônicas, como diabetes e hipertensão arterial;

Implementar a Assistência Materno-Infantil, especialmente a assistência ao pré-natal, parto e puerpério;

Implementar o acesso aos procedimentos de alto custo, como a hemodiálise e transplantes de órgãos;

Repactuar a participação do nível estadual relativas ao financiamento e recursos humanos do SUS junto aos municípios;

Valorização dos trabalhadores da saúde, mantendo relações adequadas com as entidades representativas das respectivas categorias profissionais; e

Fortalecer o Controle Social.

9. COMO FAZER SEGURANÇA PÚBLICA EFICIENTE E EFICAZ?

A consolidação da política estadual de segurança pública perpassa necessariamente pelo reconhecimento e fortalecimento de seus fundamentos democráticos: respeito aos Direitos Humanos, compatibilidade com o Estado Democrático de Direito, valorização do profissional de segurança pública e a proximidade com o cidadão.

A questão da segurança pública é um problema complexo e multidimensional, mas aponta saídas para esta problemática, “algumas que exigem reformas estruturais profundas em nossa economia e mudanças drásticas na sociedade. Essas merecem, aqui, simplesmente um registro: é preciso distribuir renda, reduzir as desigualdades, elevar drasticamente as taxas de escolaridade, eliminar o racismo embutido em nossa pirâmide social, valorizar as mulheres, gerar emprego e renda, incorporar a juventude pobre ao mercado de trabalho e consumo, promover condições de integração à cidadania que façam renascer esperanças no deserto do ceticismo, hoje cultivado pelas fontes de recrutamento criminoso.”

O que pretendemos objetivamente é:

- a) Reduzir a criminalidade urbana e rural
- b) Diminuir a sensação de insegurança
- c) Fortalecer as polícias militar e civil
- d) Prevenir a violência entre jovens
- e) Ampliar os serviços de inteligência e tecnologia em segurança

Para alcançar tais objetivos nossa ação visará:

a) Ampliação dos Mecanismos de Prevenção Primária

Vamos adotar as seguintes medidas ou táticas:

- Iluminação das áreas que tenha histórico de violência ;
- Ocupação dessas com ações agregadoras, lúdicas ou de lazer;
- Reaproveitamento dos espaços públicos, reformando-os para contemplar os bairros populares com áreas para esporte e para atividades culturais: artísticas, festivas, musicais;
- Urbanização dos territórios para reduzir o isolamento;
- Apoio à formação de associações locais;
- Implementação de políticas integradas que focalizem os três domínios fundamentais para a vida social: a casa, a rua – ou a comunidade e o bairro – e a escola;
- Difusão da cultura da paz nas escolas públicas e privadas, através das Secretarias Estadual de Educação e de Segurança Pública e da Coordenadoria da Juventude.

b) Fortalecimento das Policias Civil, Militar e Bombeiro Militar

Nossas ações serão:

- Contratação de policiais civis e militares e bombeiros militares;
- Interiorização das atividades da pericia criminal (contratação de peritos e instalação de unidades do Departamento de Polícia Técnico- Científica nas maiores regiões de desenvolvimento do Estado do Piauí);
- Criação de instrumentos que fixem os policiais nos municípios do interior do Estado do Piauí, tais como: curso de formação regionalizado e auxílio localidade;
- Restruturação das delegacias de polícia, dos Batalhões e Companhias da Polícia Militar e Bombeiro Militar;
- Autonomia administrativa e financeira da Polícia Civil;
- Ampliação dos serviços de Tecnologia de Informação e de comunicação das instituições de segurança pública, com a criação do Centro Inteligente de Operações Policiais (reunindo no mesmo espaço físico Polícia Militar, Civil e Bombeiro Militar);
- Implementação de políticas de valorização profissional;

- Implementação de um programa de educação continuada para os órgãos de segurança pública;
- Integração das Academias de Polícia;

c) Prevenção e Combate às Drogas

Nesse eixo de atuação buscaremos:

- O aprimoramento das estratégias de prevenção e combate às drogas, priorizando as seguintes diretrizes: foco na população jovem e criação de uma estratégia integrada, coordenada e permanente de combate às drogas pelas Polícias Civil e Militar, com uso da inteligência policial, de modo a instalar um ponto focal nos maiores municípios do Estado, coordenado por um núcleo central em Teresina;
- Fortalecimento do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD;
- Fortalecimento das ações de prevenção ao uso de drogas, pelas diversas Secretarias de Estado e dos municípios, com o envolvimento das famílias, de modo a garantir uma estratégia transversal, permanente e coordenada de prevenção às drogas em todas as áreas de atuação do governo do Estado.

d) Racionalização e Integração da Gestão da Segurança Pública

- Aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão integrada nas instituições de Segurança Pública, focado no planejamento estratégico, na integração entre as polícias e na avaliação da atividade policial;
- Descentralização do Comando de Policiamento do Interior da Polícia Militar;
- Interiorização das unidades do Corpo de Bombeiros Militar;
- Descentralização das atividades de gestão das instituições de segurança pública;
- Criação das Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP na capital e no interior;
- Fortalecimento do Gabinete de Gestão Integrada - GGI;

e) Fortalecimento da Estratégia de Prevenção e Repressão à Criminalidade

- Fortalecimento do planejamento das intervenções policiais nas grandes cidades do Piauí, de modo a evitar a migração da criminalidade para os pequenos e médios municípios;
- Criação do programa de patrulhamento e ocupação da zona rural da capital e dos municípios no interior do Piauí;
- Ampliação do Programa Guardião Eletrônico na capital e no interior;
- Expansão para o interior do Estado da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência;
- Fortalecimento das ações de combate à criminalidade organizada;

f) Ampliação da Estratégia de Aproximação das Polícias com o Cidadão

- Difusão da filosofia da polícia comunitária nas instituições policiais;
- Ampliação do Programa Ronda Cidadão
- Expansão do Pelotão Mirim;
- Criação das ouvidorias das Polícias Civil e Militar e Bombeiro Militar;
- Fomento à participação das instituições policiais nos Conselhos Comunitários de Segurança Pública e em outros canais de comunicação com a comunidade;
- Criação da Coordenadoria de Polícia Comunitária na Polícia Civil;
- Fortalecimento e interiorização das Corregedorias de Polícia Civil e Militar;

- Criação do Disque-Denúncia;
- Humanização do atendimento nas unidades do sistema de segurança pública.

g) Combate à Delinquência Juvenil

- Intensificação das ações que visem desestimular o envolvimento de jovens com gangues, especialmente nos espaços urbanos;
- Implementação de ações que visem evitar que os jovens sejam cooptados a trabalhar para o tráfico de drogas e de armas;
- Fortalecimento das ações de prevenção à delinquência juvenil, pelas diversas Secretarias de Estado e dos municípios, com o envolvimento das famílias, de modo a garantir uma estratégia transversal, permanente e coordenada de prevenção à esta delinquência em todas as áreas de atuação do governo do Estado.

h) Humanização, Qualificação e Segurança do Sistema Prisional

- Contratação de agentes penitenciários;
- Desativação das celas nas Delegacias de Polícia;
- Construção de unidades prisionais na capital e no interior;
- Garantia, por meio de parceria com as Secretarias Estaduais de Educação e de Trabalho e Empreendedorismo, oportunidade de educação básica e profissionalizante e oportunidade de trabalho para todos os detentos aptos;

I) Proteção no Trânsito

- Promoção, em parceria com os municípios, de ações de cidadania no trânsito, focado na valorização do ser humano e respeito à vida.
- Intensificação das ações das polícias Militar e Civil na prevenção e na repressão, respectivamente, dos crimes relacionados ao trânsito;

10. COMO CONSTRUIR HABITAÇÕES POPULARES?

Estudos do Ministério das Cidades estima o déficit habitacional no Brasil, introduzindo nova metodologia que inclui domicílios improvisados e os rústicos (habitações precárias), coabitação familiar, ônus excessivo com aluguéis e o adensamento excessivo nos domicílios alugados.

Constatou-se um déficit de 139.318 dos quais 76.157 habitações, das quais localizam-se nas zonas urbanas e 63.161 na zona rural, correspondente a 16,9% do total de domicílios existentes. Segundo a faixa de renda, 89,2% do déficit habitacional encontram-se nas famílias de renda média familiar mensal de até 2 salários mínimos; e, tomando-se a faixa de até 3 salários mínimos, o déficit chega a 98,3% do total.

O governo adotará providências por meio da Agência de Desenvolvimento Habitacional (ADH) no sentido de construção de unidades habitacionais para as classes de mais baixa renda, em todo o Estado, utilizando os recursos disponibilizados pelo governo federal.

Outra linha de ação será por meio de programas de melhoria habitacional, com a construção de fossas sépticas controladas, quando não for possível a ligação à rede coletora de esgotos, ligação domiciliar à rede de abastecimento de água.

Como ação prioritária será feita a regularização fundiária urbana visando a garantia da propriedade da terra. Assim como, a regularização da situação dos mutuários que já quitaram seus imóveis e não conseguem transferi-los.

11. COMO ASSISTIR AOS GRUPOS SOCIAIS CARENTES DA AÇÃO DO ESTADO?

A Constituição Federal de 1988 instituiu a Assistência Social como política pública. Posteriormente foi editada a Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS/1993. Na sequência foi instituída a Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004 e o Sistema Único da Assistência Social-SUAS/ 2005. Este conjunto de princípios, regras e organização deram materialidade ao conteúdo da Assistência Social como pilar do sistema de proteção social brasileiro no âmbito da Seguridade Social.

Neste sentido, a Assistência Social no Piauí tem ainda uma longa agenda para cumprir e alcançar a sua missão institucional, sendo um dos principais desafios o cofinanciamento das ações sócioassistenciais junto aos municípios; a consolidação de uma política de recursos humanos que atenda aos princípios preconizados pela Norma Operacional Básica-NOB/RH; além da produção e a construção coletiva do conhecimento entre os entes federados e a população de modo geral, nivelando o entendimento do que é necessário para a garantia dos direitos sociais.

Para tanto, é preciso priorizar o Pacto de Aprimoramento da Gestão, firmado em 2007 com o Governo Federal e requalificado em 2011, constituindo assim, a sua execução como um compromisso para consolidar o SUAS no estado do Piauí. É o que pretendemos fazer.

O Pacto de Aprimoramento está organizado em 07 (sete) prioridades contendo ações que fortalecerão a Assistência Social no âmbito do governo estadual.

PRIORIDADE I: Adequação organizacional e programática do órgão estadual gestor da assistência social, para adequação ao SUAS.

Ação 1-Instituição do órgão gestor responsável pela política de assistência social, considerando as áreas previstas na NOB/SUAS e NOB/RH, com a implantação do Regimento Interno e reordenamento do órgão gestor.

Ação 2-Quadro de pessoal efetivo correspondente nos setores do órgão gestor, nos equipamentos públicos, se houver, e nas unidades descentralizadas regionais, a partir de estudo de necessidades, com a realização do concurso público para ampliação do quadro de servidores e nomeação de servidores atendendo as orientações da NOB/SUAS e NOB/RH.

PRIORIDADE II: Organização do território estadual em regiões/microrregiões de assistência social, com identificação para orientar a implantação dos serviços de caráter regional nos municípios-sede ou pólo e municípios de abrangência

Ação 1 - Realização de diagnóstico das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com a utilização de instrumento padrão, próprio da Rede SUAS.

Ação 2- Delimitação das regiões/microrregiões de assistência social do estado para orientar a implantação de serviços regionalizados de média e alta complexidade no SUAS.

Ação 3 - Elaboração e pactuação de Planos Regionais de Assistência Social.

Ação 4 – Implantação de serviços de caráter regional ou de unidades regionais de proteção social especial de média e alta complexidade, podendo ter como referência a existência de comarcas, as micro regiões e o mapa de risco social.

PRIORIDADE III: Prestação de apoio técnico aos municípios na estruturação e implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social, na gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, como forma de acesso à renda, o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos.

Ação 1- Implantação de sistemática de assessoramento e apoio técnico e de monitoramento aos municípios na implementação do SUAS, no que se refere: à estrutura organizacional; aos instrumentos de planejamento e de monitoramento; os planos e relatório de gestão; a gestão dos serviços e benefícios; a gestão do fundo; a instância de controle social; a gestão do trabalho, a rede socioassistencial; a efetivação do vínculo SUAS; ao alcance de metas de pactuação nacional e; na observância das normativas do SUAS.

Ação 2- Gestão do Cadastro Único / CadÚnico considerando a coordenação, capacitação dos operadores e de gestores, assessoramento técnico e monitoramento aos municípios; utilização do CadÚnico para a vigilância socioassistencial e como instrumento prioritário de planejamento do SUAS.

Ação 3 - Fortalecimento da intersetorialidade na gestão do Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada- BPC; monitoramento das condicionalidades; capacitação de gestores de assistência social, saúde e educação; assessoramento técnico e monitoramento aos municípios, quanto à aplicação do Protocolo de Gestão Integrada de Benefícios e Serviços; articulação com os demais programas de transferência de renda do estado ou dos municípios.

PRIORIDADE IV: Coordenação, gerenciamento, execução e cofinanciamento de programas de capacitação para gestores, trabalhadores e conselheiros.

Ação 1- Execução do Plano Estadual de Capacitação, contendo as diversas modalidades, os formatos, as temáticas e o público, na perspectiva da educação permanente, sistemática e continuada, e da capacitação em serviço, em conformidade com a NOB/RH, compatíveis com as necessidades locais e regionais.

PRIORIDADE V: Implantação e implementação do Sistema Estadual de Informação, Monitoramento e Avaliação.

Ação 1- Implantação do Sistema Estadual de Informação, Monitoramento e Avaliação, com aplicativos básicos e homogêneos a serem utilizados (plano municipal de assistência social, relatório de gestão, repasse fundo a fundo, CadSUAS e CadÚnico), .

Ação 2- Requalificação e execução do Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Assistência Social considerando protocolo de referência elaborado pelos estados e MDS.

PRIORIDADE VI: Garantir o Cofinanciamento da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

Ação 1- Estabelecer dotação orçamentária e financeira para o co-financiamento estadual dos serviços socioassistenciais nacionalmente tipificados de Proteção Básica e Especial e de Benefícios Eventuais.

Ação 2- Adequação de ferramenta informacional, disponibilizada pelo MDS para operacionalização do repasse fundo a fundo, nos casos que se fizerem necessários.

PRIORIDADE VII: Apoio ao exercício da participação e do controle social

Ação 1- Apoio técnico e financeiro ao pleno funcionamento do Conselho Estadual, visando o fortalecimento de suas funções normativas e do controle social do SUAS.

É importante destacar que a implementação plena deste Pacto assegura sobretudo a consolidação do Sistema Único da Assistência Social no Piauí, impactando positivamente a realidade nos 224 municípios, contribuindo de forma efetiva na melhoria das condições de vida das famílias piauiense.

12. COMO USAR SEM DESTRUIR OS RECURSOS NATURAIS PIAUIENSES?

O desafio do poder público e da Sociedade é promover o crescimento das atividades econômicas de modo a garantir o desenvolvimento sustentável, ou seja, o atendimento às necessidades da geração presente não pode comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.

O Piauí é uma zona de transição e em seu território estão presentes os Biomas da Caatinga, do Cerrado e de vegetação litorânea, este formado por mangues, restingas e tabuleiros.

As Unidades de Conservação existentes no Estado, criadas pelo Governo Federal, pelo Governo Estadual e pelos Municípios cobrem uma área de 2,6 milhões de hectares, equivalente a 10,6% do território piauiense. As principais e mais conhecidas Unidades são os Parques Nacionais de Sete Cidades, da Serra da Capivara, da Serra das Confusões e das Nascentes do Parnaíba, e a Estação Ecológica Uruçuí-Una.

No plano institucional, o governo deverá ter prioridade em:

- Ampliar e capacitar os recursos humanos e materiais da Secretaria de Meio Ambiente;
- Manter permanente gestão junto ao Governo Federal no sentido de garantir recursos financeiros para a estruturação e manutenção das Unidades de Conservação existentes, bem como a efetiva implantação do Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba;
- Rediscutir com o governo federal a Lei 11.428/2006, que definiu considerável área do Piauí como pertencente ao Bioma da Mata Atlântica;
- Promover articulação com universidades, instituições de pesquisas, empresas e organizações sem fins lucrativos no sentido da promoção de estudos e de práticas de preservação ambiental;
- Priorizar a educação ambiental nos currículos escolares e realizar campanhas de esclarecimento à população;
- Elaborar estudos do Zoneamento Agroecológico do Estado, tendo como prioridade os cerrados, tendo em vista o avanço da agricultura na região;
- Criar Programas de apoio aos municípios.

13. COMO MOSTRAR A FACE CULTURAL PIAUIENSE?

A Conferência da ONU sobre Políticas Culturais, realizada na Cidade do México, em 1982, definiu a Cultura como “Todo e qualquer complexo de aspectos espirituais que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Inclui não apenas as artes e as letras, mas também os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.”

A política cultural do governo, dessa maneira, deverá realizar-se em três grupos de ação estratégica:

- Incentivar a produção cultural, desde o plano individual e artesanal que venha a se tornar uma indústria cultural, em que se destacam a geração de emprego e renda e a propagação, além fronteiras, dos nossos valores culturais;
- Organizar e melhorar a estrutura de serviços públicos à população, por meio dos museus, da preservação do patrimônio arquitetônico, histórico e arqueológico do estado; e

- Proporcionar os instrumentos de que a sociedade necessita para, ela própria, evoluir culturalmente, por meio da educação e do conhecimento.

Para tanto, o governo adotará medidas para reorganizar e fortalecer a Fundação Cultural e o Conselho Estadual de Cultura, com a garantia de recursos para a execução de projetos e atividades prioritárias, bem como promover a articulação entre os diversos órgãos estaduais com atividades afins, como as áreas de educação e turismo, na esfera estadual, e com os órgãos federais ligados ao Ministério da Cultura, como a FUNARTE e o IPHAN.

O governo terá, ainda, prioridade para o fortalecimento do Sistema Estadual de Museus, criado pelo Decreto 13.325/2008, que envolve instituições estaduais, municipais e privadas em diversos municípios do estado.

14. COMO ORIENTAR A FORMAÇÃO DA INFRAESTRUTURA?

Transportes

Os principais eixos rodoviários do Estado são formados pelas BR-343, que atravessa o Piauí desde Luís Correia a Teresina e Floriano; a BR-222, de Piripiri a Fortaleza; a BR-316, que vem de São Luís a Teresina, e prossegue rumo a Picos e ao sul do País; a BR-135, também procedente do Maranhão, que entra no território piauiense em Guadalupe e forma o principal eixo da região sul do Estado, até a divisa com a Bahia; a BR-230, procedente da Paraíba, que atravessa o Estado ligando Picos a Oeiras e Floriano, e daí segue para estado do Pará; a BR-407, ligando Picos ao estado da Bahia e à região Sudeste do País; e a BR-020, que liga Fortaleza a Picos, e daí a São Raimundo Nonato, com alguns trechos ainda não pavimentados, como Simplício Mendes-Itainópolis. A BR-020 foi planejada no governo Juscelino Kubitschek, para ligar Fortaleza a Brasília, e ainda não foi concluída.

A malha rodoviária estadual completa a rede de rodovias que interligam todo o Estado. O atual governo deu prioridade à restauração e pavimentação de estradas, com ênfase na ligação das cidades à malha pavimentada, utilizando-se de financiamentos. A capacidade de tomar novos empréstimos está comprometida, o que reforça a meta de aumento do superávit corrente para gerar recursos a serem aplicados nos investimentos prioritários.

Assim, a ação do governo no setor de rodovias compreenderá os seguintes aspectos:

- Criação de Fundo de Manutenção e Conservação de Estradas, para evitar o desgaste excessivo e o aumento dos custos dele decorrentes;
- Reorganização institucional do setor, uma vez que vários órgãos constroem estradas, além do DER, que é o mais adequado;

RODOVIAS REGIÃO DOS CERRADOS. Continuidade dos trechos já contratados pelo DER, sendo eles:

- A 1ª etapa da rodovia Transcerrados – Sebastião Leal/ Entroncamento Palmeira do Piauí numa extensão de 117Km;
- BR 135 – Transcerrados – Colônia do Gurguéia – 60 Km , incluindo uma ponte sobre o rio Gurguéia;
- Baixa Grande do Ribeiro/Serra- Unidade Bunge – 16,5 Km ;
- Bom Jesus(Palestina)/Serra do Quilombo/Transcerrados – 40,76Km

- Currais/Delícia/Transcerrados/Serra da Laranjeira – 3,6 Km
- Implantação dos contornos rodoviários nas cidades onde existe conflito entre tráfego urbano e de carga.
- Interligação das sedes urbanas dos municípios aos principais eixos rodoviários pavimentados.
- Programa de restauração, recuperação e reforço de pontes para se adequarem a capacidade de carga hoje em vigor.
- Implantação de balanças rodoviárias para controlar a capacidade de carga e com isso, evitar danos às rodovias.

Mobilidade Urbana

O acelerado processo de urbanização e a nova classe média que hoje representa mais da metade da população brasileira no mercado de consumo (carros, acessos a ônibus, metrô) impõe aos gestores uma ação efetiva e proativa na área de mobilidade urbana e infraestrutura viária.

Nesse contexto, nossa proposta prevê a continuidade das ações de mobilidade urbana em Teresina com a execução das obras civis para revitalização, modernização e melhorias do Metrô. Estas ações já apresentadas ao Ministério das Cidades no âmbito do PAC Mobilidade Urbana contemplam, entre outras ações, a construção de 02 viadutos em estrutura metálica, 02 pontes, 13 Km de vias permanentes com muro de fechamento ao longo de toda a via, 08 estações de transbordo além da aquisição de 16 novos vagões (VLT) para substituição dos existentes.

Essas intervenções associadas às obras de mobilidade urbana em execução pela Prefeitura de Teresina (08 terminais de integração, 3 estações de transbordo no centro da cidade, e corredores exclusivos para transporte coletivo) possibilitarão melhoria efetiva no trânsito e no sistema viário em nossa capital, com repercussão imediata na qualidade de vida da população.

Outra meta a ser alcançada prevê continuidade e ampliação nas intervenções em mobilidade urbana nas principais cidades do Estado, especialmente aquelas consideradas entroncamentos rodoviários, a exemplo de Altos, Campo Maior e Picos.

Transportes Públicos

Em Teresina, a Companhia Metropolitana de Transportes Públicos atua no transporte de passageiros, do bairro Dirceu Arcoverde até o centro da cidade. O governo envidará esforços no sentido de viabilizar a expansão do sistema para outros bairros da capital e cidades, com a análise de viabilidade de implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), na capital, como já utilizado em outras cidades de grande porte.

Energia Elétrica

A disponibilidade de energia elétrica é um dos principais fatores para o crescimento econômico e para o desenvolvimento social de qualquer região. Nos últimos anos, a CEPISA, agora denominada ELETROBRAS

Distribuidora Piauí, tem passado por dificuldades financeiras que comprometeram seus investimentos e, conseqüentemente, a qualidade da oferta de energia no Estado. Embora a Empresa tenha melhorado seus indicadores de desempenho, nos últimos anos, ainda são insuficientes os investimentos realizados e os programados para os próximos anos.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), o número de domicílios urbanos no Piauí com iluminação elétrica atingia 98,9% do total. Parece uma boa marca, mas é o menor índice entre todos os Estados, alguns dos quais registram 100% de atendimento. Na zona rural, o número de domicílios com iluminação elétrica era de 80,6%, superior a apenas seis Estados, todos da região Norte, onde as condições naturais são mais difíceis para a implantação de linhas de distribuição. Uma das razões desse baixo índice é o lento processo de implantação do Programa Luz Para Todos.

Como ações estratégicas para o setor de Energia Elétrica destacam-se:

- O Governo do Estado acompanhará, junto ao Governo Federal, o processo de recuperação financeira da ELETROBRAS Distribuição Piauí, e defenderá sua manutenção como empresa pública federal.
- As metas de universalização do Programa Luz para Todos, terão todo o apoio do governo estadual em sua execução, inclusive com contrapartidas do tesouro estadual, se necessárias. Da mesma forma, o governo acompanhará o Programa de Investimentos que leve a energia elétrica a todos os estabelecimentos rurais, em apoio à irrigação e à industrialização rural.
- O Governo do Estado acompanhará, junto à ELETROBRAS, os projetos de implantação de usinas hidrelétricas no rio Parnaíba, tendo em vista sua importância para o desenvolvimento do Estado e sua capacidade de multiplicação de investimentos privados em sua área de influência.
- O governo do Estado dará seu apoio aos empreendimentos públicos e privados voltados para a implantação de projetos de geração de energia de fontes alternativas (eólica e térmica, entre outras), no sentido de aumentar a oferta de energia elétrica em todo o Estado.

Recursos Hídricos

O geólogo Aldo da Cunha Rebouças, em seu estudo *Água doce no mundo e no Brasil* (Escrituras, 2002), informa que o Piauí detém o terceiro maior potencial hídrico do Nordeste, inferior apenas ao dos estados da Bahia e do Maranhão, e apresenta a segunda maior disponibilidade hídrica social da região, com 9.185 m³/hab/ano, superado apenas pelo Maranhão, mas desfruta do segundo menor nível de utilização, com apenas 1,05% de sua disponibilidade hídrica. Esta é uma síntese do Piauí: muitos recursos naturais, que são pouco utilizados em benefício da sociedade.

Os açudes e as barragens construídas no estado têm pouco aproveitamento para o abastecimento de água à população, para a irrigação e para a piscicultura.

O grande desafio do Piauí é sair paulatinamente das ações emergenciais, tais como caminhão pipa e distribuição de alimentos. O governo propõe elaborar e executar um projeto estruturante de recursos hídricos que contemple ações permanentes e seja concebido com base nas demandas da população, incluindo, entre outras ações, as que se seguem:

No plano institucional o governo adotará medidas para:

- Articulação com o Governo do Maranhão, no sentido de que o Governo Federal execute plano de valorização do Rio Parnaíba à semelhança do plano em execução no Rio São Francisco, tendo em vista a recuperação das áreas marginais degradadas, preservação dos mananciais e especialmente, do Parque Nacional das Nascentes.
- Institucionalização dos Comitês de Bacias hidrográficas, para planejamento e gestão dos recursos hídricos, com a participação do poder público, dos usuários e da comunidade;
- Reforço à segurança física das barragens e implantação de sistema de alerta de enchentes;
- Adequação da estrutura de governo aos objetivos de gestão integrada dos recursos hídricos do estado e capacitação dos recursos humanos ligados à área.

No plano operacional:

- Promover o aproveitamento das barragens construídas, funcionando como centros estratégicos de acumulação de água para distribuição;
- Construir adutoras para abastecimento de água às populações rurais e urbanas
- Fomentar a implantação de projetos de irrigação privados, em escala comercial, de forma a atender aos pequenos, médios e grandes produtores;
- Implantar programa de universalização do abastecimento de água em comunidades rurais não assistidas por outros programas do Governo, mediante a construção de sistemas de abastecimento d'água com ligação domiciliar, envolvendo as comunidades beneficiadas e as Prefeituras Municipais para a manutenção e conservação, evitando o uso de carro-pipa;
- Acompanhamento sistemático dos resultados, com a maior transparência possível na utilização dos recursos e permanente envolvimento das comunidades afetadas.
- Aproveitamento dos estudos, dos projetos e das obras, inclusive das barragens executadas ou planejadas, para integrar o Plano e com isso se lograr agilidade na sua execução.

Projetos Especiais de Infraestrutura

Porto de Luís Correia

Será concluído e colocado em operação o Porto de Luís Correia. Para tanto, serão feitas intervenções para realizar as obras complementares do retro-porto e recuperação do acesso ferroviário até Teresina, inclusive com a intercalação de trens de passageiros.

Essas medidas, além da importância para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico do Piauí, especialmente da região norte, representa a realização de um sonho antigo dos piauienses.

Ferrovia Transnordestina

A Ferrovia Transnordestina ligará os portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará, à cidade de Eliseu Martins, início das áreas produtoras dos cerrados e atravessando a região sudeste, rica em recursos minerais. Sua extensão no estado será de cerca de 400 quilômetros.

Depois de implantada, terá importância fundamental no escoamento da produção do estado, especialmente porque tornará viável a exploração mineral na região, e abrirá novas oportunidades de investimento nas mais diversas atividades econômicas. O governo do estado agirá no sentido de:

- Acompanhar a execução da obra, inclusive do processo de desapropriação de terras na faixa de domínio da ferrovia, para garantir a justa indenização aos proprietários, bem como para a realização de estudos de viabilidade para a extensão da ferrovia até Teresina e Luiz Correia.
- Estimular a industrialização no próprio estado dos produtos a serem exportados, aumentando o valor agregado e a geração de empregos.

Gasoduto Meio Norte

O Gasoduto Meio Norte, que transportará gás natural para os Estados do Piauí e Maranhão, está sendo desenvolvido pela TMN TRANSPORTADORA S.A, empresa que possui como acionistas a Petrobrás Gás S.A. – GASPETRO, a TERMOGAS S.A., a Companhia de Gás do Piauí – GASPIISA e a Companhia Maranhense de Gás – GASMAR.

Terá 985 km de extensão, desde Caucaia – CE até Teresina e São Luís do Maranhão, com quatro ramais secundários e 910 km de extensão, incluídos os dois desses ramais no Piauí: Piripiri – Parnaíba e Teresina – Floriano.

A distribuição do gás a ser transportado pela TMN será feita, em todo o estado do Piauí, pela concessionária GASPIISA.

O Gasoduto do Meio Norte obteve do IBAMA a Licença Prévia – LP em 21/12/2005, e a Licença de Instalação - LI em 23/11/2006. A Agência Nacional de Petróleo – ANP expediu a Autorização de Construção – AC do gasoduto em 26/12/2006. Todos os trâmites legais estão finalizados para que a construção do gasoduto possa iniciar.

Até o momento, o projeto que possui custo estimado de R\$ 2 bilhões, não foi enquadrado pelo Governo Federal. Existe a possibilidade do Estado do Piauí ser atendido pelo gás natural a ser produzido pela Bacia do Parnaíba, e dessa forma o Gasoduto Meio Norte teria seu traçado reduzido.

Como a implantação do Programa Luz para Todos está sendo intensificada, espera-se que os recursos para o Gasoduto sejam disponibilizados, para o que o Governo do Estado atuará junto ao governo federal para a inclusão do Gasoduto em suas prioridades de investimento.

